

VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 11, DE 07 DE JULHO DE 2015.

Veto parcial ao Projeto de Lei Municipal nº 11, de 07 de julho de 2015, proposto pelo Poder Legislativo Municipal que: Institui o programa “Eu amo Eldorado” que incentiva a adoção por particulares de áreas públicas do Município de Eldorado do Sul visando sua limpeza, conservação e manutenção”.

SÉRGIO MUNHOZ, Prefeito Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER que no uso das atribuições legais que me confere o artigo 52, § 1º, da Lei Orgânica do Município, **VETO PARCIAL** ao Projeto de Lei Municipal nº 11, de 07 de julho de 2015, de origem do Poder Legislativo.

RAZÕES DO VETO

O Poder Legislativo Municipal apresentou o Projeto de Lei Municipal nº 011, na data de 07.07.2015, tendo sido aprovado em 14.07.2015, que Institui o programa “Eu amo Eldorado” que incentiva a adoção por particulares de áreas públicas do Município de Eldorado do Sul visando sua limpeza, conservação e manutenção.

Compulsando o texto legal do referido projeto, verifica-se que foi concedido o desconto do percentual de 30% do IPTU de imóvel indicado pelo parceiro adotante pessoa física, conforme §5º do art. 4º e art. 11, que ora segue abaixo transcrito para melhor elucidação do caso:

Art. 4º. ...

[...]

§ 5º. Ocorrendo a rescisão do Termo de Parceria por inexecução do objeto, ou por razão de interesse público, o parceiro-adotante pessoa física perderá o direito ao desconto no IPTU, devendo ser pago integralmente e acrescida multa estipulada em igual valor do desconto que o parceiro-adotante receberia.

Art. 11. *Será concedido desconto de 30% (trinta por cento) no valor do IPTU para um imóvel de propriedade do parceiro-adotante, por ele indicado, desde que tenha*

cumprido integralmente o Termo de Parceria findo no exercício anterior àquele para o qual se pleiteia o desconto.

Parágrafo único. O desconto previsto neste artigo:

I - será concedido apenas a contribuintes pessoas físicas;

II - será concedido em relação ao imóvel indicado pelo contribuinte, desde que não tenha débitos junto à Prefeitura;

III – não é cumulativo, sendo válida a concessão de um único desconto por imóvel no mesmo exercício para cada Termo de Parceria findo;

IV – será concedido de forma proporcional ao tempo de adoção do ano anterior;

V - O desconto previsto neste artigo deverá ser requerido na forma e prazos regulamentares.

Ocorre que não foi efetivada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, bem como não está previsto o referido desconto do imposto no anexo da renúncia e de compensação de receita do anexo de metas da Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, razão pela qual o §5º do art. 4º e o art. 11 contrariam o art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o poderá responsabilizar o gestor civil e penalmente, merecendo assim, serem extirpados do texto legal.

Assim, os dispositivos acima transcritos, ou seja, o §5º do art. 4º e o art. 11, através da presente, são vetados por este Poder Executivo, a fim de manter a ordem orçamentária-financeira e total atendimento aos preceitos da lei de responsabilidade fiscal.

Diante dos fundamentos jurídicos acima apresentados, este Executivo municipal apresenta as suas razões de veto parcial ao projeto de lei municipal nº 11, 07.07.2015 de autoria deste Poder Legislativo, nos termos da art. 52, § 1º. da LOM, e fundamentos acima apresentados.

Eldorado do Sul, 22 de julho de 2015.

SÉRGIO MUNHOZ
Prefeito Municipal